

A INJUSTIÇA É CONTRA DEUS E A VIL MISÉRIA INSULTA OS CÉUS

Cláudio Márcio Rebouças da Silva*

CARTAS DE PAULO À IGREJA DE NEÓFITO

“Caros irmãos de
Neófito, graça e paz.”



Banquete de migalhas...

A Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU) celebrou 45 anos de existência no mês de setembro de 2023. Cada ano vivido torna-se uma celebração por tantas bênçãos alcançadas, mas, também, um convite para o avivamento da memória e, não menos, o refazer passos e rotas para fortalecer e continuar uma caminhada que tem como uma das características fundantes uma proposta de espiritualidade diaconal e libertadora.

O presente texto visa estabelecer um olhar sociológico e teológico para este fenômeno religioso tendo como mote reflexivo questões sociais como fome e pobreza em diálogo com a Bíblia, os seus Documentos Fundantes e seus Princípios de Fé e Ordem (PFO) da IPU, ou seja, essa reflexão busca responder à pergunta: como o cristão reformado ecumênico da IPU compreende a fome e a pobreza? Após a compreensão, que práxis será estabelecida como estratégia pedagógica de transformação social?

Com efeito, para responder essas questões é importante salientar para o(a) leitor(a) que todo documento, toda imagem, toda narrativa, todo olhar, toda memória é uma produção histórica-social e envolve interesses múltiplos, uma vez que, os conceitos ocorrem no campo da

disputa, assim sendo, pensando com o sociólogo Peter Berger: “a realidade é socialmente construída”¹, deste modo, dimensões de fome e de pobreza são produções humanas e não castigo-punição de Deus. Essa compreensão é fundamental para nossa reflexão e, por isso, peço gentilmente a cada leitor(a) que utilize esses óculos doravante.

Por exemplo, diante de dinâmicas colonizadoras em tom de processos civilizatórios, o chão Latino-Americano foi regado por sangue de povos originários e de ancestralidades africanas. Aqui, cruz e espada se combinavam e se confundiam. O uso da Bíblia com motivações equivocadas transformou sujeitos sociais em corpos dóceis enquanto toda riqueza de bens materiais, naturais e simbólicos eram saqueadas em nome de deus e de uma suposta ordem social.

Sabe-se que a pobreza e a fome no Brasil têm cor e é preta, isto é, essa população vive em vulnerabilidades sociais não por incapacidade cognitiva ou profissional, mas, em função do pecado do racismo estrutural que produz necropolítica nas periferias do Brasil, por vezes, com uma bíblia na mão e uma arma na outra. Se a pobreza e a fome têm cor no Brasil, a riqueza e o privilégio também têm, ou seja, a concentração de grandes terras no Brasil que produz injustiças sociais está nas mãos de pessoas brancas. Como equacionar isso?

As mãos que se juntam para orar, são as mesmas que se abrem para fazer e repartir o pirão...

É significativo destacar que o fenômeno religioso é múltiplo e cheio de ambivalências, assim, não há apenas dominação e silenciamento corpóreo-simbólico, há sim, muitos sons de resistência e reinvenção da experiência religiosa em favor da dignidade humana e da garantia de seus direitos sociais e, é nessa perspectiva que a IPU se encaixa, isto é, como propôs o reverendo João Dias de Araújo: “não só a alma do mal salvar, também o corpo ressuscitar”.

Desta forma, a hermenêutica bíblica que a IPU se propõe a realizar é de partilha, de cuidado, de amor, de justiça, de emancipação e de

¹ BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. *A construção da realidade*. 33ª Edição, Petrópolis, Vozes, 2011, p.11.

acolhimento. Trata-se de uma espiritualidade profética que denuncia injustiças e não negligencia o anúncio de um novo tempo criado pela parceria entre o humano e o próprio Deus na história. É o Pai-nosso e o pão-nosso como faces da mesma moeda. É fé que traduz em compromisso pela luta do mutirão do Reino de Deus como sugere o Salmos 103.6. É uma comunidade de fé sensível às dores do povo, assim, seguindo os passos de Richard Shaull “procurei estimular um tipo de pregação mais relacionada com a vida e os problemas do povo”², a IPU busca relacionar as verdades do evangelho com a diversidade cultural brasileira. Não se trata de uma dicotomia ou inversão, mas, uma nova forma de ser igreja que envolve uma complexidade de relações políticas, econômicas e culturais.

Desta maneira, pobreza e fome são realidades produzidas na história por mãos humanas, pois, Jesus de Nazaré oferece vida plena (João 10.10) e cuida de seus filhos e filhas (Mateus 6.25-34). A IPU compreende que precisa caminhar com amor e fortalecer a verdade (1 Coríntios 13.6), que a exploração e dor causadas por humanos contra seu semelhante é pecado e precisa de arrependimento e mudança (Jeremias 22.13). Com efeito, “compromisso com a vida espiritual exige que façamos mais que ler um bom livro ou ir a um retiro restaurado. Demanda prática consciente, uma disposição de unir a forma como pensamos e a forma como agimos”³.

Por tudo isso, é urgente o fortalecimento da identidade e do pertencimento da IPU para cada eclesiano(a), ou seja, saber quem fomos, quem somos e quem queremos ser, assim sendo, o desafio é rememorar para avançar, logo: os fins da IPU registrados nos seus Princípios de Fé e Ordem no Capítulo I (PFO) no Art. 2º são:

proclamar as Boas Novas em Jesus Cristo, ao indivíduo e à sociedade; celebrar o culto a Deus Pai, Filho e Espírito Santo, em espírito e verdade; ministrar os sacramentos do batismo e eucaristia; preparar, por meio do ensino e da doutrina, os seus membros para a sua missão no mundo;

² FARIA, Eduardo Galasso. *Fé e compromisso: Richard Shaull e a teologia no Brasil*. São Paulo: ASTE, 2002, p.51.

³ HOOKS, Bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Elefante, 2021, p. 115.

promover a unidade e a comunhão de todos os cristãos; desenvolver e participar de ação concreta visando a justiça, a paz, a promoção do ser humano e da vida.⁴

No que tange à sua doutrina o Capítulo II do (PFO) no Art. 3º sinaliza:

as Sagradas Escrituras são o padrão de doutrina e ética. A IPU reconhece, contudo, diante delas, o direito a diferentes posicionamentos exegéticos e teológicos os quais, sob a influência de condicionamentos históricos, culturais e sob a orientação do Espírito Santo, transformaram-se e se transformam de acordo com as necessidades dos homens e passaram a constituir verdadeiro patrimônio espiritual da Igreja Cristã.

Sabe-se que tensões, cumplicidades e mediações estão presentes na IPU, mas é possível dizer que se trata de uma “rebelião institucionalizada”. Uma igreja ecumênica, com a participação efetiva das mulheres e capaz de assumir uma fé cristã e uma luta contra a fome e a pobreza. É possível perceber processos de ambivalências na IPU, isto é, neste jogo de mudar-permanecer, liberdade-controle, esses líderes desejavam um fazer teológico a partir do chão que pisavam e, conseqüentemente, assumir riscos-possibilidades de uma nova realidade. Logo, a consciência era: “..., mas não podemos deixar de prosseguir na obra que nos foi confiada por Deus, e nem podemos ser infiéis à voz da nossa consciência iluminada pelo Espírito Santo” (Manifesto de Atibaia/1978).

A fé reformada ecumênica da IPU na luta contra a injustiça entende que:

Clamar contra a injustiça, a opressão e a corrupção, e tomar iniciativa de esforço para aliviar os sofrimentos dos infelicitados por uma ordem social iníqua; colaborando também com aqueles que, movidos por espírito de temor a Deus e respeito à dignidade do homem, busquem esses

⁴ Princípios de Fé e Ordem no site da IPU: <https://ipu.org.br/>

mesmos fins, assim como aceitando sua colaboração.
(Pronunciamento Social/1978)⁵

Deste modo, uma nova práxis estava sendo estabelecida a partir da interpretação bíblica que “todas as formas de opressão religiosa, política ou econômica, todas as formas de discriminação racial e social, todas as restrições à liberdade de pensamento e de expressão, são igualmente odiosas e contrárias à fé cristã” (Pronunciamento Social/1978). Com efeito, a IPU assume um compromisso social crítico e transformador, assim, seu testemunho como discípulos e discipulas de Jesus de Nazaré passa necessariamente pela fome e sede de justiça (Mateus 5.6), logo:

...essa presença deve levar os cristãos a se lembrarem de que esse propósito de Deus inclui, também, a ordem social, e deve levá-los a darem expressão concreta, nesse âmbito, ao fato de que, em Cristo, Deus manifestou seu objetivo de criar não só um novo homem, mas também uma nova humanidade. (Pronunciamento Social/1978)

Enfim, rememorar é não apenas conhecer suas supostas raízes, mas é também assumir riscos em nome de um projeto maior, que neste caso é o Reino de Deus capaz de produzir justiça e dignidade humana, logo, tornava-se necessário:

Incentivar seus membros a assumirem uma cidadania responsável, como testemunhas de Cristo, nos sindicatos, nos partidos políticos, nos diretórios acadêmicos, nas fábricas, nos escritórios, nas cátedras, nas eleições e nos corpos administrativos, legislativos e judiciários do País.
(Pronunciamento Social/1978)

A IPU é serva porque aprendeu com o diácono Jesus de Nazaré (Mateus 20.28). Daí assinala-se:

⁵ Pronunciamento Social no site da IPU: <https://ipu.org.br/>

Declaramos que, como mordomos do Senhor Jesus, não poderemos gastar o tempo retornando às questões passadas, reavivando injustiças sofridas ou reivindicando direitos de que fomos esbulhados, mas, com a visão voltada para o futuro, colocamos o nosso coração na obra que temos para fazer, na consciência clara da nossa responsabilidade diante do Senhor da Igreja, a quem teremos de prestar conta do uso que fizemos da nossa vida. Assim Deus nos ajude. Amém. (Manifesto de Atibaia/1978)⁶

Saber quem somos, de onde falamos, o que e como falamos é extremamente vital. Nesse sentido torna-se oportuno:

Fazer a proclamação profética incessante dos princípios éticos e sociais do evangelho de modo que sejam denunciados todos os erros dos poderes públicos, sejam de omissão ou comissão, que resultem em ameaças ou obstáculos à paz social ou tendam à destruição da nossa estrutura democrática. (Pronunciamento Social/1978)

A IPU não é voz que oprime e mata, mas, voz que faz brotar esperança e vida. Partindo desse pressuposto “declaramos que é nosso desejo prosseguir na obra do Reino de Deus, dominados pelo Espírito de Cristo, em harmonia e alegre comunhão uns com os outros, paz e respeito mútuo” (Manifesto de Atibaia/1978).

Tem caroço nesse angu

A IPU é promotora da esperança que como a primavera, perfuma, colore e encanta. Desta maneira, com coragem, sensibilidade e fé faz-se necessário compreender que a escuta e o exercício da alteridade são imprescindíveis para continuar a jornada. O cenário político-religioso revela uma complexidade que muito desafia o fenômeno religioso. Como IPU agradecemos a Deus pela existência de duas instituições onde

⁶ Manifesto de ATIBAIA no site da IPU: <https://ipu.org.br/>

ela participou ou participa como fundante e ou dando enormes contribuições na luta contra a fome e a pobreza, a saber: a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) com sede em Salvador-BA e a Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra (CEDITER) com sede em Feira de Santana-BA.

É significativo lembrar-se que uma tradição não “cai do céu”, ou seja, é construído humano em arena de disputa. Dessa forma, a quem interessa essa ou aquela tradição? Qual a razão de não se permitir encarar desafios novos que não foram postos na gênese da IPU? Com efeito, suspeito que a IPU precisa colocar em sua agenda nacional, presbiteral e nas igrejas locais temas como: espiritualidade ecológica; garantia de direitos sociais da comunidade LGBTQIAPN+; descriminalização do aborto; racismo estrutural e extermínio da juventude negra; violência doméstica; missão na perspectiva da IPU; revitalização de igrejas. Lutar contra a fome e a pobreza é fundamental para IPU, contudo, esses exemplos supracitados serão negligenciados?

* Pastor da Igreja Presbiteriana Unida de Muritiba, Bacharel (2013), Licenciado (2023) em Ciências Sociais, Residente Pedagógico em Sociologia (2020). Mestre em Ciências Sociais (2016) pelo Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Bacharel (2017) em Teologia pela Faculdade Batista Brasileira (FBB). Pós-Graduado Lato Sensu (2018) em História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IF Baiano / Campus Governador Mangabeira-BA.